

A. I. Nº - 299164.0202/06-5
AUTUADO - RR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS
AUTUANTES - MARIA ROSALVA TELES e OSVALDO CEZAR RIOS FILHO
ORIGEM - IFMT-DAT/SUL
INTERNET - 03/05/2006

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0138-05/06

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. OPERAÇÃO INTERESTADUAL DESTINADA À CONTRIBUINTE COM INSCRIÇÃO CADASTRAL CANCELADA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. No caso de mercadoria procedente de outro Estado com destino a contribuinte com inscrição cancelada, à época do fato gerador, deveria ser dado o mesmo tratamento que se dispensava na hipótese de mercadoria destinada a contribuinte não inscrito: pagamento espontâneo do tributo no posto fiscal de fronteira. No entanto, como não houve o pagamento espontâneo do tributo, o imposto em questão foi corretamente exigido através do lançamento de ofício. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 01/02/2006, cobra ICMS no valor de R\$297,79, acrescido da multa de 60%, pela falta de recolhimento do imposto na primeira repartição fazendária do percurso, sobre mercadorias adquiridas para comercialização, procedentes de outra unidade da Federação e adquiridas por contribuinte com a inscrição inapta no CAD-ICMS.

O autuado apresenta às fls. 19 e 20 impugnação, alegando que já tomou as providências para regularizar a situação de sua inscrição na SEFAZ que se encontra na situação inapta. Alega que a mercadoria adquirida se destina a industrialização de máquinas agrícolas, não se destinando à comercialização. Entendendo que diante do exposto, não cabe a antecipação do imposto, pede a improcedência do Auto de Infração.

O auditor ao prestar a informação fiscal (fls. 34/35) mantém a autuação, citando o art. 150, do RICMS/97. Diz que o contribuinte deveria estar regularmente inscrito, mas foi considerado inapto, pois não exercia mais suas atividades no local indicado no cadastro. Aduz que nessa situação é considerado como clandestino, e que de acordo com o que dispõe o art. 161, I, do mesmo regulamento já citado, a mudança de endereço deve ser precedida de comunicação à repartição fiscal. Esclarece que na circunstância em questão a antecipação do imposto, prevista no art. 125, II, item “2”, do RICMS/97, deve ser exigida, não importando se a mercadoria se trata de insumo ou não, e também ressaltando que não se trata de antecipação parcial do imposto.

VOTO

O Auto de Infração em lide trata da cobrança do ICMS por antecipação tributária, no primeiro Posto Fiscal de fronteira, pelo fato do autuado encontrar-se com sua inscrição cadastral inapta (fl. 09) no CAD-ICMS desta Secretaria da Fazenda.

A própria peça defensiva é uma confissão expressa do cometimento da infração, onde o autuado reconhece que quando adquiriu as mercadorias em lide, sua inscrição no CADICMS encontrava-se ainda pendente de regularização.

Nessas condições, ressaltando que o contribuinte foi considerado inapto porque não exercia mais suas atividades no local indicado no cadastro, foi correto o procedimento fiscal que exigiu a antecipação do imposto, de acordo com as determinações do art. 125, II, item “2”, do RICMS/97, não se tratando de antecipação parcial como aventou o autuado.

Deve ser ainda dito que como o autuado se encontrava em situação irregular, não importava se a mercadoria se tratava de insumo ou se era destinado à comercialização, foi correta a exigência da antecipação do imposto através de lançamento de ofício, uma vez que não houve o pagamento espontâneo no posto fiscal de fronteira.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **299164.0202/06-5**, lavrado contra **RR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$297,79**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 24 de abril de 2006.

MÔNICA MARIA ROTERS - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

CLÁUDIO MEIRELLES MATTOS - JULGADOR